



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Saúde
Gerência de Gestão de Equipamentos Médico-hospitalares e Odontológicos

TERMO DE REFERÊNCIA

SEI N° 25.29.000035452-4

TERMO DE REFERÊNCIA 1ª RETIFICAÇÃO

Conforme Art. 6º com os elementos previstos no inciso XXIII e Art. 40 § 1º, da Lei 14.133/2021

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de **mobiliários, equipamentos médico-hospitalares e eletrodomésticos**, por meio da modalidade PREGÃO ELETRÔNICO EM REMESSA ÚNICA, tem por finalidade atender às necessidades de reestruturação das Unidades de Saúde da Família Vale dos Sonhos, Luana Park e Grajaú da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, haja vista a inauguração iminente das novas sedes, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
01	699659	APARELHO INFANTÔMETRO - Portátil, com medição na horizontal, desmontável, fabricado em ABS ou alumínio anodizado. Com suporte para a cabeça para uma posição precisa. Medidores: em material ABS ou Plástico injetado. Graduação da régua: de 0 a 100 cm Intervalos: De 2 cm. Tolerância: +/- 5 mm. Desmontável para transporte. Deve possuir: Selo do INMETRO e garantia mínima de 12 meses e manual do usuário em português	UNID	03
02	687952	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA 250 KG - Capacidade de pesagem: até 250 kg; - Divisão (graduação): 50 ou 100 g; - Plataforma: em tampo de aço e tapete em borracha antiderrapante, com dimensões aproximadas 40 x 40 cm. - Estrutura: em aço carbono ou alumínio com pintura eletrostática anticorrosiva, ou material de igual resistência e durabilidade; - Display: iluminação em LED vermelho ou LCD com backlight, com no mínimo 05 dígitos;	UNID	03

		<p>-Alimentação: bivolt (automático ou chave seletora) ou com alimentação por bateria recarregável, com indicador de carga;</p> <p>- Tara: função de tara inclusa;</p> <p>-Função de desligamento automático para economia de energia;</p> <p>-Régua antropométrica: em alumínio anodizado, acoplado à estrutura da balança, com escala mínima de 90 cm e máxima de 210 cm, com graduação de 0,5 a 0,5 cm, fácil leitura e ajuste;</p> <p>-- Base com sapatas reguláveis para nivelamento do equipamento;</p> <p>Possuir: Garantia mínima de 12 (doze) meses, Selo do INMETRO e Manual do usuário em português.</p>		
03	562815	<p>BEBEDOURO ELETRICO INDUSTRIAL COM FILTRO 50 LITROS - bebedouro industrial 50l em inox, gabinete em inox 430 com película PVC para proteção (removível), serpentina interna em aço inox 304 com isolamento em poliuretano. Sistema de bóia para regulagem do nível da água. Termostato com regulagem de temperatura. Tampa em aço inox 430 e aparador de água (cuba), em aço inox 430 removível para limpeza, pés com 07 cm em tubo alumínio reforçado e regulagem em borracha antiderrapante, 02 torneiras: 01 água natural e outra gelada, torneiras sem acionamento manual, será acionado via pedaleira no chão. Gás de refrigeração r134ª (ecológico). 02 pedais de acionamento em aço inox que vão instalados e devem ser fixados ao chão. Unidade de refrigeração 1/8hp Isolamento térmico. Tomada de 03 pinos conforme a norma da ABNT/NBR/603351. Classificação IPX4; Alimentação elétrica 220V/60Hz.</p> <p>Dimensões aproximadas:1.350 mm x 450 mm x 400mm (A x L x P).</p> <p>Deve acompanhar: kit instalação com válvula ralo, nipel e cotovelo hidráulico em pvc e mangueira sifão), filtro externo de água com carvão ativado.</p> <p>Deve possuir: Selo do INMETRO. Garantia mínima de 12 meses. Manual do usuário em português.</p> <p>A empresa deverá realizar instalação e treinamento dos profissionais quanto ao manuseio do equipamento e da troca de filtro.</p>	UNID	03
04	665886	<p>POLTRONA RECLINÁVEL DESCANSO - Poltrona para acompanhante ou hidratação e coleta de sangue, articulada.</p>	UNID	21

		<p>Movimentos: reclinável em até 04 posições, através de mola com acionamento manual por meio de alavanca lateral protegida por manopla plástica, com retorno inicial, travamento rápido e fácil, com trava (sob assento). Composta por encosto, assento e apoio de braços e pés e com movimentos simultâneos do encosto com braços articulados e descansa pés de modo a deslocarem-se conjuntamente.</p> <p>Estrutura tubular em aço carbono, em pintura eletrostática a pó epóxi, secagem em estufa, tratamento antiferruginoso e anticorrosivo.</p> <p>Pés com ponteiros de borracha.</p> <p>Capacidade de peso - no mínimo de 150 kg.</p> <p>Deve acompanhar: 02 braçadeiras em aço inoxidável, com regulagem de altura e movimentação giratória e sobre o próprio eixo.</p> <p>Densidade mínima da espuma - D28 para encosto, assento e apoio de braços e pés, com revestimento em courvin de fácil assepsia.</p> <p>Dimensões aproximadas: posição sentada: 0,60 m (c) x 0,70 m (l) x 0,50 m (a); posição reclinada: C=1,65 m x L=0,70 m x A=0,50 m (altura do assento).</p> <p>Deve possuir: Registro na ANVISA, AFE, garantia mínima de 12 meses e manual do usuário em português.</p>		
05	165077	<p>ESCADA DE DOIS DEGRAUS – Estrutura tubular totalmente em aço inox, degraus em chapa de aço inox, revestidos com material sintético antiderrapante e protegidos por cantoneiras em aço inox em toda a volta, pés com ponteiros de borracha/PVC.</p> <p>Dimensões aproximadas: 38cm comprimento, 37cm de largura, 40 cm de altura total.</p> <p>Altura do 1 degrau ao piso 18 cm. Altura do 1º degrau em relação ao 2º degrau 23 cm. Capacidade de suporte de peso de no mínimo 120 kg. Garantia mínima de 12 meses.</p>	UNID	33
06	166030	<p>FOCO AÇO GINECOLÓGICO, modelo de solo com rodízios, sem espelho, para uso clínico e ginecológico</p> <p>- Estrutura: Haste superior: Flexível e cromada, com articulação que permita o direcionamento preciso da luz. Haste inferior: Em tubo metálico com pintura em epóxi de alta resistência (mínimo 250 °C).</p>	UNID	12

		<p>- Altura regulável: variável entre 90 cm e 160 cm).</p> <p>- Base do pedestal: com no mínimo 04 rodízios, sendo duas com sistema de freio.</p> <p>- Iluminação: Lâmpada LED (luz fria e branca), potência mínima de 5W. Iluminância mínima de 15.000 lux (distância de 500mm). Vida útil das lâmpadas de no mínimo 20.000 horas.</p> <p>- Alimentação elétrica: Bivolt automático (110/220V), 50/60 Hz.</p> <p>- Normas: NBR-IEC 60.601-1 E NBR-IEC 60.601-1-2</p> <p>Deve possuir: Registro na ANVISA, AFE e Selo no INMETRO, garantia mínima de 12 (doze) meses e manual do usuário em português.</p>		
07	397431	<p>FOGÃO ELÉTRICO DE 2 BOCAS, acabamento em aço inoxidável e resistente a corrosão. Potência mínima de 2000 W, com 2 bocas aquecedoras, sendo de no mínimo 1000 W de potência em cada boca;</p> <p>Conter no mínimo 5 (cinco) níveis de controle de temperatura e indicação luminosa de aquecimento e termostato de segurança.</p> <p>Alimentação elétrica 220V.</p> <p>Deve possuir: Selo do INMETRO, garantia mínima de 12 meses e manual do usuário em português.</p>	UNID	03
08	166227	<p>FORNO ELÉTRICO MICROONDAS</p> <p>- Capacidade mínima de 32 litros; cor / acabamento: branco. Potência mínima de 1000 w. Com luz interna, trava de segurança e visor que mostre o tempo de preparo dos alimentos. Display digital com opções para descongelamento, tecla pause e outras características. Alimentação elétrica 220 V.</p> <p>Deve possuir: Selo no INMETRO. Garantia mínima de 12 (doze) meses e manual do usuário em português</p>	UNID	03
09	439983	<p>GAVETEIRO MADEIRA 6 GAVETAS</p> <p>- Gaveteiro 06 gavetas com rodízios e alças laterais para facilitar o transporte.</p> <p>Dimensões aproximadas: altura entre 85 cm e 95 cm; largura entre 45 cm e 55 cm; profundidade entre 50 cm e 60 cm.</p> <p>Tampo: superfície sobreposta à estrutura, em madeira MDP (aglomerado) de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces.</p> <p>Bordas: com acabamento em fita de pvc de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, com raio mínimo</p>	UNID	03

de 2,5 mm, coladas a quente por meio do processo HOLT MELT em todo seu perímetro. Fixação às estruturas laterais e central da mesa através de parafusos de aço e buchas metálicas.

Gavetas: 06 (seis) gavetas confeccionadas em chapa de aço para facilitar a assepsia, com deslizamento suave sobre corredeiras em aço, roldanas em nylon e eixos em aço ou em madeira MDF de 15 mm de espessura (mínimo), revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. **Dimensões aproximadas da altura das gavetas:** as 3 primeiras gavetas com altura de 06cm, as 02 próximas de 12cm e a última gaveta de 24 cm. **Frente das gavetas** em madeira MDF de 18 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. **Puxadores** do tipo zamak niquelado redondo com forma côncava com aproximadamente 110 mm de comprimento. Acabamento das bordas em fita de PVC de mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, com raio mínimo de 2,5 mm em todo seu perímetro.

Fechadura: localizada na frente da gaveta superior com fechamento simultâneo das 06 gavetas, com 02 chaves dobráveis.

Estrutura: fundo e laterais em madeira MDF de 18 mm de espessura, revestidos em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Acabamento das bordas em fita de PVC de 1 mm de espessura, coladas a quente pelo sistema holt-melt, em todo seu perímetro. **Base inferior** em madeira MDF de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Todas as bordas com acabamento em fita de pvc de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema tipo holt-melt.

Base: Com 4 (quatro) rodízios duplos, sendo 02 com freios.

Montagem: as laterais, fundo, tampo e base inferior, deverão ser ligados entre si pelo sistema mini-fix, possibilitando a montagem e desmontagem dos mesmos, várias vezes, sem perder a qualidade.

Componentes metálicos: devem receber pré-tratamento de desengraxe e tratamento nanocerâmico, preparando a superfície para receber a pintura. Aplicação pelo processo de deposição

		<p>eletrostática com polimerização em estufa na temperatura mínima de 200°C. Garantia mínima de 12 (doze) meses.</p> <p>Documentação Técnica a ser apresentada com a proposta comercial:</p> <p>a) certificado de conformidade de produto emitido pela ABNT conforme NBR 13966:2008 – mesas, emitido por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo INMETRO.</p> <p>b) certificado de conformidade ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante/fabricante dos painéis de madeira e/ou Licitante dos produtos cotados que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;</p> <p>c) Laudo ou Declaração ou Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17;</p> <p>d) Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em nome do fabricante;</p> <p>e) catálogo, de cada produto cotado, em língua portuguesa, com nível de informação suficiente (marca, modelo e código de certificação ABNT) para avaliação da equipe técnica.</p>		
10	453498	<p>MACA TRANSPORTE - maca para transporte hospitalar, fabricada totalmente em tubo de aço inoxidável. Com rodízios de no mínimo 4” em polipropileno, com sistema de freio na diagonal. Para-choque emborrachado. Cabeceira regulável por cremalheira e grades escamoteáveis. Capacidade de carga de no mínimo 150 kg.</p> <p>Dimensões aproximadas: comprimento: 1,90m X 0,70m X 0,90m (CxLxA)</p> <p>Deve acompanhar: colchonete com densidade mínima D 28, revestido em couro sintético na cor cinza ou azul, nas mesmas dimensões da maca e suporte de soro inox com altura regulável e removível.</p> <p>Deve possuir: Registro ANVISA, AFE e garantia mínima de 12 (doze) meses.</p>	UNID	03

11	638820	<p>MACA METÁLICA FIXA- maca clínica fixa adulto, confeccionada totalmente em aço inoxidável, pés fixos com ponteira de borracha, cabeceira regulável por meio de cremalheiras, com suporte para lençol descartável.</p> <p>Dimensões aproximadas: comprimento: 1,80m X 0,60m X 0,80m (CxLxA)</p> <p>Deve acompanhar: colchonete com densidade mínima D-28, revestido com couro sintético na cor azul, nas mesmas dimensões da maca.</p> <p>Deve possuir: Registro ANVISA, AFE e garantia mínima de 12 (doze) meses.</p>	UNID	27
12	543683	<p>MESA MDF GINECOLÓGICA COM GABINETE - Mesa para exames clínico e ginecológico.</p> <p>Estrutura em madeira “MDF” com espessura mínima de 15 mm. Revestido internamente e externamente em laminado decorativo. Armário com no mínimo 03 (três) gavetas e possuir 02 (duas) portas com prateleira interna. Puxadores em aço escovado. Gavetas deslizantes, através de corrediças metálicas telescópicas.</p> <p>Leito estofado, com espuma em densidade mínima D33, com espessura mínima de 7 cm, revestida em courvin com espessura mínima de 1,0 mm. Dividido em 3 seções, sendo assento fixo, as partes anterior e posterior do leito ajustável através de cremalheiras duplas, unidas entre si, fabricadas em aço inoxidável. Cor a definir com empresa vencedora.</p> <p>Dimensões aproximadas: Leito aberto: C = 1,80 x L = 0,60 x A = 0,80 m. Leito fechado: 1,20 x 0,60 x 0,80</p> <p>Deve acompanhar: um par de perneiras anatômicas, com haste inox e apoio em poliuretano injetado, que permitam ajuste de altura, mobilidade ântero-posterior. Gaveta para escoamento de líquidos, em aço inox. Manual de instruções em português.</p> <p>Deve possuir: Registro na ANVISA, AFE e garantia mínima de 12 (doze) meses. Manual de instruções em português.</p>	UNID	06
13	149500	<p>MESA AÇO INOX AUXILIAR 40 X 60 X 80 CM - estrutura tubular redondo em inox, tampo e prateleira totalmente em aço inoxidável AISI-304, sem alças e livre de rebarbas e oxidação. Pés em tubos redondos, com rodízios de no</p>	UNID	12

		<p>mínimo 2" polegadas com freios em diagonal. Dimensões: 40cm (largura) x 60cm (comprimento) x 80cm(altura). Deve possuir: Garantia mínima de 12 (doze) meses.</p>		
14	683329	<p>MESA REUNIAO OVAL 3000 X 1100 X 740MM</p> <p>Mesa oval em MDF com dimensões aproximadas: 3000 X 1100 x 740 mm (largura, profundidade e altura), podendo sofrer variações de até 5% para mais ou para menos.</p> <p>Tampo: superfície sobreposta à estrutura em madeira MDF de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Borda longitudinal com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura colada a quente pelo sistema holt-melt com raio mínimo de 2,5mm em todo o seu perímetro.</p> <p>Fixação: fixada às estruturas laterais tubulares da mesa através de parafusos de aço e buchas metálicas.</p> <p>Estruturas laterais tubulares: 04 estruturas laterais verticais tubulares de 04" de diâmetro, em chapa de aço 16mm de espessura.</p> <p>Estruturas interligadas: por meio de travessa em tubo retangular 60 x 40 em chapa de aço 18mm de espessura (mínimo).</p> <p>Rebites: colocação de rebites de repuxo de aço para adaptação de reguladores de nível.</p> <p>Componentes metálicos: Todas as peças metálicas recebem pré tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber a pintura. Pintura epóxi-pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa.</p> <p>Cor: a definir com a empresa vencedora.</p> <p>Montagem: Entregue montado e completo, com todas as peças alinhadas e com todos os parafusos, porcas, conectores, chapas metálicas e demais itens necessários para a fixação e acabamento de sua estrutura.</p> <p>Garantia mínima de 12 (doze) meses.</p> <p>Documentação a ser apresentada com a proposta de preços:</p>	UNID	03

		<p>a) certificado de conformidade de produto emitido pela ABNT conforme NBR 13966:2008 – mesas, emitido por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo INMETRO.</p> <p>b) certificado de conformidade ambiental de cadeia de custódia do FSC (Forest Stewardship Council) ou CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), em nome do Fabricante/fabricante dos painéis de madeira e/ou Licitante dos produtos cotados que comprove a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;</p> <p>c) Laudo ou Declaração ou Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com as disposições contidas na NR 17;</p> <p>d) Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em nome do fabricante;</p> <p>e) catálogo, de cada produto cotado, em língua portuguesa, com nível de informação suficiente (marca, modelo e código de certificação ABNT) para avaliação da equipe técnica.</p>		
15	173185	<p>PURIFICADOR ÁGUA NATURAL E GELADA – Cor predominante: branca;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gabinete revestido por material plástico de alta resistência ou superior; • Pannel frontal e peças de acabamento laterais em plástico poliestireno de alto impacto ou superior; • Suporte para fixação na parede e podendo ser acomodado também em bancada/mesa; • Com 2 (duas) torneiras, de grande vazão, desmontáveis, para água natural e gelada; • Bandeja/recipientes para coleta do gotejamento de água • Capacidade de armazenamento de água gelada de no mínimo 2 litros; • Filtragem de no mínimo 3.000 litros ou mínimo 6 meses para troca do filtro (refil); • Sistema de filtragem: mínimo dupla filtragem; • Baixo consumo de energia; • Sistema de refrigeração por compressor; 	UNID	03

		<ul style="list-style-type: none"> • Voltagem: 220v ou Bivolt; • Incluso Kit de instalação: mangueira plástica atóxica, suporte para fixação em parede e abraçadeira, conexão registro de filtro/mangueira, buchas e parafusos; • Deve possuir: Selo do INMETRO; Garantia mínima de 12 (doze) meses. Manual do usuário em português. Marca de referência SOFT / EVEREST. 		
16	699446	<p>SELADORA COM PEDAL Especificações mínimas: Seladora manual térmica com acionamento a pedal. Selagem de papel grau cirúrgico e plástico/plástico. Estrutura em chapa de aço carbono, com pintura epóxi eletrostática, resistente à oxidação e corrosão. Área de selagem mínima de 350 mm (35 cm) e largura de selagem mínima de 13 mm Bandeja (mesa) para apoio com regulagem de altura. Controle de temperatura: Ajustável e com indicador analógico por termostato, com sistema de segurança contra superaquecimento. Alimentação elétrica: Bivolt automático (127V/220V) 50/60Hz. Deve possuir: Selo do INMETRO. Garantia mínima: 12 meses e manual do usuário em português.</p>	UNID	03
17	645958	<p>SUPORTE HAMPER 0,50 X 0,90M - Construído em tubos de aço redondo inox de 1” de diâmetro, tripé com rodízios giratórios de no mínimo 2” de diâmetro. Dimensões aproximadas: 0,50m de diâmetro x 0,90m de altura. Possuir garantia mínima de 12 meses.</p>	UNID	24
18	174017	<p>SUPORTE SORO ACO – Suporte de soro móvel. Estrutura totalmente em aço inox, padrão AISI 304, de no mínimo 1”x1,2mm de espessura. Haste/coluna fabricada em tubo redondo, com regulagem de altura por meio de manípulo ou mandril e conter na parte superior 04 ganchos em X. Base fabricada em aço inox tubular, com no mínimo 04 rodízios em termoplástico resistente. Dimensões aproximadas: altura máxima 200cm e altura mínima de 150cm Deve possuir: Registro ANVISA, AFE e Garantia mínima de 12 (doze) meses.</p>	UNID	18

1.2 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021, tendo em conta que suas especificações e padrões de desempenho e qualidade estarão definidas objetivamente no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.2.1. A adoção da modalidade Pregão justifica-se por se tratar de procedimento licitatório obrigatório para a contratação de bens e serviços comuns pela Administração Pública, conforme previsto na legislação vigente e em consonância à natureza dos bens informado no subitem anterior.

- 1.3** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da publicação de seu extrato no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021.
- 1.4** Os fornecedores deverão apresentar especificações claras, completas e detalhadas do produto ofertado, inclusive indicando a procedência, marca e fabricante.
- 1.5** Admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado para o(s) objeto(s) em algarismo arábico (unitário e total). A proposta deverá conter todos os seus elementos constitutivos, para que seja verificada a compatibilidade de acordo com a especificação.
- 1.6** O Gestor e Fiscal do Processo serão designados por ato pelo o ordenador das despesas mediante Portaria em resposta a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD Lei 13.709/2018).

2 DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

4.1.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, apresentar amostra, e/ou laudo(s) técnico(s) e/ou informações técnicas em relação ao item ganhador, para a verificação da compatibilidade do item com as especificações constantes no descritivo e consequente aceitação da proposta;

4.1.2. A convocação para envio de amostra e/ou laudo(s) técnico(s) e/ou informações técnicas será feita por meio de intimação, enviada por e-mail, no endereço cadastrado no momento da licitação.

4.1.3. O julgamento das amostras será realizado em 2 etapas:

4.1.3.1. Primeira etapa: será solicitado, via e-mail, ficha técnica completa (contendo os dados de composição, matéria prima utilizada na fabricação do item, prazos de validade, procedência e registros no órgão regulamentador) e imagens/foto do produto a ser enviado. **O fornecedor terá um prazo de 48h (quarenta e oito horas) para realizar o envio dos anexos.** A ficha técnica será considerada primordial para o aceite da proposta e deverá ser compatível com o produto indicado pela empresa no momento da licitação.

4.1.3.2. Segunda etapa: para casos onde restar dúvidas mediante apresentação da ficha técnica e imagens/foto do produto, a administração poderá solicitar a amostra física. **Com prazo de 03 (três) dias úteis para encaminhamento, contado a partir da data de intimação.** A amostra deverá estar identificada preferencialmente com etiquetas autocolantes, nas quais constará o nome da licitante, o número da licitação e o número do item a que se referem.

4.1.4. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado, quanto aos motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, antes da expiração do prazo concedido. **Sujeito a julgamento da área técnica para acato ou recusa.**

4.1.5. O fornecedor intimado deverá enviar confirmação via e-mail de recebimento da intimação, observando que, independentemente da confirmação, o tempo para envio de amostra será considerado.

4.1.6. Caso a intimação gere alguma dúvida junto ao Licitante, a mesma deverá ser enviada via e-mail, para o mesmo endereço de e-mail que lhe enviou a intimação.

4.1.7. As amostras deverão ser entregues no endereço: Av. do Cerrado nº 999 - Park Lozandes - Goiânia – GO, CEP 74.884-900, Secretaria Municipal de Saúde – Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde, Bloco

D - 2º andar, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

- 4.1.8.** O(s) laudo(s) técnico(s) e/ou amostra(s) e/ou informações técnicas, deverá(ão) estar devidamente identificado(s) com o nome do licitante e o número da licitação, devendo ser encaminhado(s) ao local e ao servidor responsável indicado na intimação.
- 4.1.9.** As amostras deverão estar acompanhadas de ficha técnica do produto/material ofertado, a qual deverá contemplar as características, especificações e matéria prima utilizada na fabricação do item, de preferencialmente, com etiquetas autocolantes, nas quais constará o nome da licitante, o número da licitação e o número do item a que se referem.
- 4.1.10.** As amostras serão submetidas à aprovação mediante parecer técnico fundamentado, o qual avaliará sua adequação às especificações técnicas contidas no Edital, considerando, ainda, a qualidade, o custo/benefício e o uso a que se destinam.
- 4.1.11.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.1.12.** Após a elaboração do parecer técnico, as amostras aprovadas permanecerão em posse da Administração até a finalização do certame e entrega pelo contratado. As amostras reprovadas poderão ser retiradas no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, e serão consideradas como “amostra gratuita” e enviadas para utilização nas unidades da Secretaria Municipal de Saúde, caso não haja a retirada.
- 4.1.13. O não envio de amostra e/ou laudo técnico e/ou informações técnicas solicitadas, bem como a entrega da amostra fora do local ou prazo indicado na intimação, ou a sua reprovação pela área técnica da Secretaria Municipal de Saúde acarretará a desclassificação do licitante.**
- 4.1.14. O envio e a devolução das amostras, será de total responsabilidade e ônus da empresa fornecedora da amostra, mesmo naquelas que forem reprovadas.**
- 4.1.15.** Caso o primeiro colocado seja desclassificado, se procederá à intimação do segundo colocado e, caso este não atenda as prerrogativas, será chamado o terceiro e, assim, sucessivamente, até se encontrar um aprovado ou esgotar a lista de classificados.
- 4.1.16.** A reprovação será em relação a marca e/ou modelo, sendo que, se naquela licitação uma marca ou modelo for desclassificado, esta desclassificação valerá para todas as empresas que apresentar o item da mesma marca e/ou modelo, independentemente da sua classificação em relação ao preço.
- 4.1.17.** Quando houver desconformidade da amostra ao objeto da licitação, será encaminhado por e-mail, no endereço cadastrado no momento da licitação, parecer que apontará, de modo completo, as falhas identificadas na amostra, a fim de que reste assegurado o direito de exercitar o contraditório e a ampla defesa **no prazo de 24 horas**, após o envio eletrônico do documento (e-mail).
- 4.1.18.** Não será devida ao licitante nenhuma indenização ou reparação de qualquer espécie por conta do envio de laudo(s) técnico(s) e/ou de amostra(s) e/ou informação técnica.
- 4.1.19.** Em caso de haver interesse de acompanhamento de avaliação de amostra pela equipe técnica, o licitante deverá manifestar seu interesse junto a equipe de licitação assim que sair a listagem, a fim de que seja comunicado quando e quem dará o parecer, para acompanhamento dos mesmos.

4.2. SUBCONTRATAÇÃO

4.2.1. A subcontratação será admitida para atender a logística dos serviços de transporte para a entrega dos produtos, tendo em vista que este serviço não corresponde a parcela de maior relevância do objeto.

4.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.3.1. Não será exigida a Garantia da contratação pela Contratante, conforme prerrogativa disposta no Art. 96. Da Lei 14.133/2021 “A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos”.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O prazo de entrega dos bens **será efetuado no prazo não superior a 20 (vinte) dias úteis**, contados após o recebimento da ordem de entrega ou Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento, acompanhados dos documentos fiscais respectivos, deve conter, obrigatoriamente, a especificação do item, marca do fabricante e quantidade entregue;

- 5.2** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa **deverá comunicar à Administração as razões respectivas, em até 05 (cinco) dias após o envio da intimação**, para qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3** Os bens deverão ser entregues no Almoarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, no seguinte endereço: Avenida Perimetral Norte nº 2.859, Vila João Vaz, Condomínio Goyazem bloco E Galpões de 06 a 10, CEP 74.445-190, Goiânia-GO.;
- 5.4** As entregas deverão ser efetuadas mediante agendamento prévio, através do e-mail ciad.goiania@branetlogistica.com.br.
- 5.5. Da Garantia Manutenção e Assistência Técnica**
- 5.5.1.** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.5.2.** Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.5.3.** A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.5.4.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.5.5.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.5.6.** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação dos mesmos.
- 5.5.7.** Uma vez notificado, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos itens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da data contados a partir da data de comunicação do fato pela Administração para a contratada.
- 5.5.8.** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.5.9.** Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade do tratamento.
- 5.5.10.** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.5.11.** Os custos decorrentes de intervenções realizadas durante o período de garantia contratual dos equipamentos serão de responsabilidade do Contratado.
- 5.5.12.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 5.5.13.** A assistência Técnica deverá ser prestada no município de Goiânia ou região metropolitana, sendo os custos para todas e quaisquer necessidades relacionadas à manutenção / assistência técnica deverá ser de responsabilidade da contratada, durante o período da garantia

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

- 6.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por meio de Portaria, com a nomeação de servidores da Superintendência/Diretoria/Gerência, responsáveis pelo pedido, para atuar como fiscais do contrato, e de servidores da Superintendência/Diretoria/Gerência para exercer a função de gestor(a) do contrato.
- 6.4** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.5** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.6** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.7** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 963, de 2022, art. 15);
- 6.8** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 963, de 2022, art. 14, § 1º);
- 6.9** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 15, do Decreto nº 963, de 2022).
- 6.10** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.11** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 15, do Decreto nº 963, de 2022).
- 6.12** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.13** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato.
- 6.14** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.15** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.16** O gestor e fiscal do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 963, de 2022).
- 6.17** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 963, de 2022).
- 6.18** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 963, de 2022).
- 6.19** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Art.13, X do Decreto nº 963 de 2022).
- 6.20** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Art. 13, XIV do Decreto 963 de 2022).

- 6.21** A contratada assume responsabilidade pela manutenção do sigilo de todas as informações e dados obtidos no âmbito deste contrato, bem como a ciência e o cumprimento das normas de segurança estabelecidas pela contratante.
- 6.22** O descumprimento das obrigações de confidencialidade previstas nesta cláusula ou no Termo de Compromisso, por parte da contratada ou de seus funcionários e colaboradores, implicará na aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis na legislação vigente.
- 6.23** As obrigações de sigilo e confidencialidade permanecerão vigentes mesmo após o término ou rescisão deste contrato

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO E REAJUSTE

7.1. Do recebimento

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, conforme art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de Pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.4. Forma de Pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sendo o este, responsável pelas taxas bancárias referentes a transação na situação em que for indicado banco distinto das contas da Contratante.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.4.6. No caso de atraso de pagamento pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo previsto para pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) de correção Monetária.

7.4.6.1. Não constitui atraso, a interrupção justificada do pagamento, ou seja, quando decorrer de irregularidades causadas pela contratada.

7.4.7. Os preços praticados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, nos termos do Art. 25, § 7º da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4.8. Os preços decorrentes desta contratação poderão ser reajustados após o período mínimo de 12 (doze) meses, com data base vinculada à data do orçamento estimado.

7.4.8.1. Após 12 (doze) meses, o Valor contratado poderá ser reajustado utilizando-se do Índice de Preços Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, do período.

7.4.9. Caso o índice pactuado deixe de ser divulgado, ou seja, extinto, as partes poderão, de comum acordo, definir um novo índice que reflita adequadamente as variações econômicas, desde que ele tenha ampla divulgação e seja de uso comum no mercado.

7.4.10. As regras para o reajuste de preços serão as preconizadas pelo Decreto Municipal nº 5.201, de 22 de novembro de 2023.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.2 Na presente contratação será utilizado para seleção de fornecedores, o modo de disputa “ABERTO”.

8.2.1. A justificativa que fundamenta o modo disputa aberto, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1. Habilitação Jurídica:

8.3.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro de Empresas Mercantis, a cargo da junta Comercial da respectiva sede;

8.3.1.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.1.5 Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.3.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4.1 Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.4.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.4.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante **apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] E [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.1.6.1. Prova de regularidade com a Fazenda do Município de Goiânia (em conformidade ao Art. 108 do Código Tributário Municipal-CTM)

8.4.1.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.2. Qualificação Econômico-financeira

8.4.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado

8.4.2.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.4.2.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- a) I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
- b) II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e
- c) III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.4.2.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 3% do valor total estimado da contratação.

8.4.2.4.1. A justificativa para a solicitação dos índices, encontra-se pormenorizada em item específico do Estudo Técnico Preliminar

8.4.2.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.4.2.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.4.2.7. Somente serão aceitas Demonstrações Contábeis na forma da Lei, respeitando a norma legal que rege estes documentos, os quais deverão contemplar: a indicação do número das páginas e do número do Livro Diário onde estão inscritos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento do mesmo; assinatura do contador e do titular ou representante legal da entidade nas Demonstrações Contábeis; escriturados digitalmente via SPED Fiscal nas situações abrangidas pela RBF 2.003/2021, ou quando aplicável, com prova de registro na Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas

8.4.2.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.4.3. Qualificação Técnica

8.4.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.4.3.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.3.3. Apresentar Certificado de Registro emitido pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária vinculada ao Ministério da Saúde para os itens 4, 6, 10, 11 e 18, ou cópia da publicação no “Diário Oficial da União” com despacho da concessão de

Registro, referente ao produto ofertado, ou declaração de isenção de registro relativamente aos registros.

8.4.3.4. Apresentar Autorização de Funcionamento da empresa licitante (AFE), expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, conforme exigido pela Lei Federal n.º 9.782/99 (art. 8º, inciso VI), ou ainda, declaração de isenção comprovada com documento oficial.

8.4.3.5. Apresentar Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Municipal 8.741/2008 e a Lei Estadual n.º 16.140/2007, ou original/cópia de documento que justifique a sua não obrigatoriedade de apresentação conforme legislação municipal ou estadual de origem do licitante.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado como parâmetro de preços para licitação, será o indicado por meio do relatório de pesquisa de mercado a ser realizado pela Gerência de Compras da SMS, conforme critérios da Instrução Normativa SEMAD n.º 001/2022. O mesmo terá caráter sigiloso conforme prerrogativa estabelecida no Art. 24 da Lei 14.133/2021.

9.2. A adoção do orçamento sigiloso foi motivada pelas seguintes vantagens:

a) Justifica-se que ao manter o orçamento sigiloso, as empresas concorrentes não têm acesso ao valor estimado pela administração pública para a contratação. Isso pode evitar que algumas empresas usem o conhecimento do orçamento para ajustar suas propostas apenas para vencer a licitação, promovendo uma competição mais justa, bem como, manter o orçamento sigiloso pode permitir que a administração pública negocie de forma mais eficaz com os fornecedores.

b) Sem conhecer o orçamento, as empresas podem ser incentivadas a apresentar propostas mais competitivas, e a administração pode usar essa falta de informação a seu favor durante as negociações.

9.3. Orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

11.1. Tendo em conta as informações contidas neste Termo de Referência, atesta-se que o mesmo foi elaborado **em conformidade com o Art. 6º, inciso XXIII e Art. 40, § 1º, da Lei nº 14.133/2021**. Isso significa que o documento contém os elementos essenciais para a contratação, conforme estabelecido na legislação, incluindo a especificação do objeto, requisitos de qualidade, locais de entrega e condições de garantia, quando aplicável.

Aprovo o Termo de Referência, e encaminho para o setor competente para as devidas providências no termo da Lei.

De acordo do ordenador de despesas:

Secretário Municipal de Saúde

Goiânia, 05 de dezembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **May Socorro Martinez Afonso**,
Gerente de Gestão de Equipamentos Médico-hospitalares e Odontológicos,
em 11/12/2025, às 10:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gaspar Machado Pellizzer**,
Secretário Municipal de Saúde, em 12/12/2025, às 12:37, conforme art. 1º,
III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **8763475**
e o código CRC **A402D5AA**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco D, 2º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.29.000035452-4

SEI Nº 8763475v1